



ANÁLISE PROCESSOS LICITATÓRIOS¹

Caroline Arruda Coimbra²
Elionai de Moraes Postiglione³
Luciane Von Onçay Corino⁴
Sabrina da Silva de Carvalho⁵

RESUMO

A licitação é procedimento administrativo com forma específica determinada em lei, em que a Administração Pública convoca, por meio de condições estabelecidas em ato próprio, através de instrumento convocatório, meios de verificar entre os interessados habilitados, quem oferecer a proposta de maior vantagem para a contratação de serviços, obras ou aquisição de bens. A partir desta concepção, esta prática buscou acompanhar: como decorrem os processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Santa Maria? Para isso a pesquisa caracterizou-se como descritiva, pois visou estudar e descrever as características, bem como as propriedades ou realidade pesquisada. A partir das práticas utilizadas pelo Observatório Social, se efetivou o acompanhamento das sessões públicas das licitações bem como a análise dos processos já formalizados, em especial nos aspectos legais que devem ser observados na licitação. Verificou-se ainda a execução da despesa no tocante ao controle interno, analisando-se a organização das fases de empenho, liquidação e do devido pagamento. Nesse contexto, o objetivo estava ligado a análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos. Os resultados deram conta de que a totalidade dos processos, bem como a execução da despesa, estavam de acordo com a legislação. Assim o estudo apresenta relação à temática envolvida na área de concentração Contabilidade, Controladoria e Auditoria, mais especificamente nos estudos relacionados com a Contabilidade Pública.

¹ Resumo Simples fruto do projeto de extensão e prática profissional desenvolvida em conjunto com o Observatório Social de Santa Maria no ano de 2017 na cidade de Santa Maria.

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado, cursando o quinto semestre 2018, e-mail: coimbracaroline22@gmail.com - Instituição de ensino FADISMA.

³ Professor da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA) – orientador – Coordenador do Curso de Ciências Contábeis. Mestre (UFSM), Especialista em Administração Pública (UCB), Especializando em Gestão Educacional (UFSM) e Bacharel em Ciências Contábeis (URCAMP). elionaimp@gmail.com.

⁴ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado, cursando o quinto semestre 2018, e-mail: lucianecorino@gmail.com - Instituição de ensino FADISMA.

⁵ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis Bacharelado, cursando o quinto semestre 2018, e-mail: carvalhosabrina05@gmail.com- Instituição de ensino FADISMA.



Palavras-chave: Contabilidade Pública. Licitação. Observatório Social. Fases da Despesa Pública.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 02 abr. 2018>.

____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7ª ed. Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016.

Observatório Social do Brasil. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br>> Acesso em: 31 de mar. 2018.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 11ª Ed. Rev. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: um enfoque administrativo. 8ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009, 366 p.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.